

DA INFÂNCIA À ADULTEZ: MEMÓRIA TECENDO A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS ACOLHIDAS PELO ASILO DE ÓRFÃS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS

Ana Maria Melo Negrão

Doutora pela Faculdade de Educação - UNICAMP.

Pesquisadora do Centro de Memória da UNICAMP (CMU), Professora de Sociologia Jurídica e Coordenadora do curso de Direito, UNISAL - *Campus* Liceu Salesiano, Campinas.

E-mail: anamarianegrao@terra.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta, como tema central, a memória das egressas do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, mediante operações explícitas ou implícitas, tecendo a trajetória de vida até a adultez. Emergiu a questão: Qual o estereótipo das mulheres formadas no Asilo: treinamento de empregadas domésticas ou promoção social; e como a educação, sob a Congregação de São José de Chambéry, refletiu em suas vidas? Este trabalho aborda o século XX, e início do XXI. As fontes foram, basicamente, documentos institucionais da Santa Casa, da Congregação francesa, acervo do Centro de Memória UNICAMP, fotografias, depoimentos de egressas.

Palavras-chave: Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia; História oral; Destino das meninas.

FROM CHILDHOOD TO ADULTHOOD: WEAVING THE PATHWAYS OF LIFE FROM THE SHELTERED BY THE ORPHAN ASYLUM OF THE HOLY HOUSE OF MERCY OF CAMPINAS.

ABSTRACT

This article presents, as central theme, the memory of the graduates of Orphanage Asylum of Santa Casa de Misericórdia de Campinas, from explicit or implicit operations, weaving a path of life to adulthood. It raises the question: What is the stereotype of the women formed in the Asylum: domestic work training or social promotion, and how the education, under the

Congregation of St. Joseph of Chambéry, reflected in their lives? This work deals with the twentieth century and beginning of the XXI. The sources were, mainly: institutional documents from Santa Casa and from French Congregation, library of Centro de Memória UNICAMP, photographs and interviews.

Keywords: Orphanage Asylum of Santa Casa de Misericórdia; Oral history; Destiny of girls.

¹ Esse contato com as egressas asiladas, ocorrido em razão do doutorado, deveu-se à pesquisa de campo, como uma das fontes para que as histórias de vida complementassem o que os documentos silenciavam.

DA INFÂNCIA À ADULTEZ: MEMÓRIA TECENDO A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS ACOLHIDAS PELO ASILO DE ÓRFÃS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS

Ana Maria Melo Negrão

Este artigo busca decodificar as falas das egressas do Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas - SP, com o fim precípua de verificar a repercussão da educação em uma instituição total em suas vidas, sob a égide da Congregação de São José de Chambéry.

Importa ressaltar que um caminho foi trilhado. Entrevistei,¹ de 1999 a 2002, vinte e seis egressas do Asilo, entre 65 e 85 anos, e ouvi suas histórias de vida, sonhos, lembranças, traumas, contradições, que, por muitas vezes, pareciam advindas de uma obra de ficção. Em relação às identidades das entrevistadas, foram utilizadas apenas as iniciais e configurou-se como um processo dinâmico de construção, perpassando pelo estigma da orfandade e pela forma como articularam a formação educacional recebida na instituição e o destino que lhes era condicionalmente reservado na complexa teia de desafios sociais na caminhada pós-instituição (NEGRÃO, 2004).

Como pano de fundo, permaneceu o espírito filantrópico de uma cidade estratificada, mas com significativa facção aristocrata, que, por meio da Irmandade de Misericórdia, fundou, em 15 de agosto de 1990, o Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia, para acolher as órfãs desvalidas, face à devastadora epidemia de febre amarela de 1889, que reduziu a população a um terço.

O Asilo de Órfãs supriu a ausência de políticas públicas de atendimento a meninas desprotegidas e configurou-se como uma estratégia emergente educativo-social, na elite campineira excludente, integrada pelas categorias sociais dominantes – Igreja, imprensa e oligarquia – representando para Campinas o único local de inclusão às órfãs pobres e, em especial, às negras, excluídas da maioria das instituições de ensino. O atendimento destinava-se a órfãs, entre seis e quinze anos de idade, com certa flexibilidade, e a formação abrangia instrução de primeiras letras, trabalhos domésticos e trabalhos manuais.

Para subsidiar a investigação, sopesaram várias e amplas fontes bibliográficas e documentais que viabilizaram a reflexão socioeducativa-cultural, tais como: as constituições e regras das Irmãs de São José de Chambéry (1951), o método pedagógico dos Jesuítas: “Ratio Studiorum” –

¹ Esse contato com as egressas asiladas, ocorrido em razão do doutorado, deveu-se à pesquisa de campo, como uma das fontes para que as histórias de vida complementassem o que os documentos silenciavam.

introdução e tradução (FRANÇA,1952); a obra Madre Maria Theodora Voiron – fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José de Chambéry (1937), rastreamento de jornais, almanaques, livros judiciários, livros de matrícula e anuários do Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia, pertencentes ao acervo orfanológico da biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP, e também uma significativa esteira teórica.

No entanto, salientaram-se as histórias de vida, o relato oral, de primordial importância para desenhar o perfil da instituição total objetivando perquirir qual seria o estereótipo da mulher asilada e repercussões da formação na adultez.

Muitas asiladas, no outono da vida, com os olhos doces ou amargos, cheios de lembranças, com invasivas rugas em seus rostos, cabelos embranquecidos, grossas veias nas mãos ainda a bordar, acordaram as imagens adormecidas, fortes ou pálidas, sofridas ou alegres, que se transmudaram no tempo, a tecer a trajetória de suas vidas, em um presente construído com as representações do passado.

Representações do passado projetam-se no presente

Rever o caminhar da vida, alinhar fatos e projetá-los no presente, exercitar a memória, reconstruir os percursos sociais nas dimensões profissionais e familiares significou uma travessia plena de situações novas e pontos de referência, tais como o fim do tempo de internato, descontinuidade de estudo, ingresso no mundo do trabalho dentro ou fora de casa, profissionalização, expectativas frustradas, casamento, nascimento dos filhos, papel de mãe e de dona de casa, interrupção das atividades de trabalho fora, novo *status*, ascensão social.

Fora do internato, cada uma seguiu o seu destino, e um significativo número delas preferiu dizer terem sido alunas da “escola” da Santa Casa, em substituição ao termo “asilado.” Algumas se mantiveram solteiras, profissionalizaram-se, dedicaram-se aos sobrinhos, porém, a grande maioria das entrevistadas casou-se antes dos vinte anos, em geral, abdicando do mundo do trabalho fora do lar. Três egressas que se tornaram advogadas, quando procuradas para entrevista, negaram-se, por considerarem constrangedor que a sociedade de Campinas conhecesse essa etapa de suas vidas, para elas apagada e enterrada, não integrando seus dados biográficos.

A decodificação dos relatos das egressas, sob a visão da vida adulta, em cotejo com as diferenças e as semelhanças, permitiu inferir que a memória se transmuda em história de vida com as repercussões em seus destinos, pelo tempo em que permaneceram no Asilo de Órfãs.

As análises de Kenski (1995, p. 109) ensinam-nos que:

As vozes, que atuam na recuperação da memória, vêm mostrar a interferência de muitos outros fatores no momento do relato. O primeiro é a seletividade da memória. A memória é seletiva e envolve, não apenas lembranças, mas também silêncios e esquecimentos. O que é narrado é, praticamente, uma reconceituação do passado de acordo com o momento presente. As pessoas não têm, em suas memórias, uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado. Pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de construir-se uma versão do passado e transmiti-la oralmente de acordo com as necessidades do presente. É nesse momento, o da narrativa de uma versão do passado, que as lembranças deixam de ser memórias para tornarem-se histórias.

Com lábios trêmulos e olhos marejados, as recordações das egressas fizeram aflorar a condição de criança de asilo, as colegas, as freiras, momentos de repressão ou de medo que povoavam o orfanato, em um tempo não balizado por dias, meses, anos, mas pelo que foi significativo na reconstrução de um passado, por vezes presentificado, com repercussões de extrema relevância para seus destinos.

Quanto às regras das constituições das religiosas de São José de Chambéry, cujos capítulos XXIII e XXIV atinham-se à educação de meninas pobres e aos internatos e externatos de meninas abastadas, respectivamente, a institucionalização favoreceu procedimentos de formação com vistas a moldar a órfã na adulta idealizada e desejada como as Irmãs o eram. O art. 166 do regulamento da Congregação explicita as discrepâncias entre educar o pauperismo e educar as meninas economicamente mais favorecidas:²

O cuidado das crianças pobres é uma das principais funções da Congregação, Neste laborioso mister e nesta grande missão é que as Irmãs devem desenvolver todo o ardor de seu zelo; pois, é da boa ou da má educação das crianças que depende principalmente o futuro feliz ou infeliz da sociedade. Por isso elas se encarregarão da direção de salas de asilo para a infância, de escolas para crianças pobres e de orfanatos. Abrirão escolas domésticas, em que ensinarão às jovens os trabalhos manuais, próprios de sua condição.

Revisitar a fala de algumas das egressas entrevistadas para explanar o caminho trilhado além do internato intentou demonstrar o reflexo da infância e adolescência institucionalizadas na trajetória de suas vidas, e qual lugar ocuparam na sociedade.

Egressas reconstruindo histórias de vida

J.B.S.

Eu queria aprender a tocar órgão. Uma das freiras do Asilo, anestesista, começou a ensinar-me, mas uma madre superiora nova vinda do Colégio Les Oiseaux, de São Paulo, repreendeu severamente a freira e tive que parar com as

² Para as meninas afortunadas, a Congregação de São José de Chambéry destinou o elitista colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em regime de internato, em Itu-SP.

aulas. A madre falou: “Órfã é prá lavar, passar e cozinhar e mais nada.” Um dia a Irmã escolheu-me porque eu era forte para fazer limpeza no dormitório com areia e lixíbia, sabão muito fino. Eu esfregava o chão de joelhos, junto com outras 8 ou 10 meninas. Puxávamos o pano com a água, a lixíbia e a areia para não molhar o andar de baixo. Um dia, eu caí da escada em caracol. Uma freira deu-me um copo de cerveja preta com açúcar e me levou para a cama.

As palavras de *J.B.S.* permitiram aflorar a frustração de não ter aprendido a tocar órgão e a incontestável discriminação, apregoada pela madre, obrigando a submissão tanto da freira anestesista como da órfã, mediante inculcação de procedimentos de dominação de forma natural, segundo a Teoria da Reprodução, de Bourdieu e Passeron (1992). O serviço pesado, com lixíbia, areia, comprova que as órfãs eram formadas para a manutenção do *status quo*, conforme o regulamento.

J.B.S. casou-se e manteve-se na condição de doméstica, sem ascensão social ou realização pessoal, conforme sua própria fala

Quando saí de lá, fui morar com a minha irmã. O Dr. L. quis adotar-me como filha e minhas irmãs não permitiram. Trabalhei no IAPI e no IAPC, mas só podia trabalhar à tarde, depois de deixar em ordem a casa da irmã. Casei-me aos 22 anos e tive 5 filhos. Em 1970, perdi um filho de 20 anos num acidente de carro. Ele atingiu um potrinho na estrada e a égua atacou o carro, matando meu filho, defronte a Escola de Química. Meu marido está aposentado do DER e eu gostaria de ter um emprego para ganhar dinheiro, (pausa) para comprar presentes nos aniversários dos filhos e dos netos, porque nunca, nunca tive dinheiro na minha mão. Voltava sempre ao Asilo, e me comunicava com frequência com as freiras. Lembro com saudades daquela época, de tudo e sinto falta.

J.B.S. não se insurgiu com a condição de prestar serviços domésticos à irmã, com o confinamento do lar, todavia, paradoxalmente, demonstra, aos 78 anos de idade, desejo de poder gerir dinheiro para as situações mais triviais de qualquer pessoa, enquanto sujeito de direitos básicos. A repetição do advérbio “nunca, nunca” foi uma forma de clamar por uma liberdade inexistente no seu casamento, fruto de condicionamentos socioculturais em que o homem era o mantenedor da casa e a mulher preparada a servir. Deixou transparecer que o casamento com cinco filhos não lhe inaugurou um novo *status* social, acompanhado de respeitabilidade, de valorização pessoal e social por administrar um lar, pois gostaria de ter um emprego, que não fosse apenas o de dona de casa, sem qualquer remuneração. A perda do filho é mais um sofrimento que a memória seletiva expôs em detalhes. Infere-se que jamais se libertou da submissão absorvida no Asilo, pois mesmo impedida de aprender a tocar órgão e tendo que cumprir trabalhos de limpeza pesada, guarda grata lembrança do Asilo e sempre lá retornava.

Corroboram as palavras de Quintaneiro (1996, p.153-154):

Na medida em que as mulheres eram tidas como ‘meros veículos de reprodução, estavam, conseqüentemente, mais próximas da natureza e dos animais inferiores do que dos homens. Tal perspectiva colaborou ativamente para reforçar a doutrina de que a mulher devia resguardar-se na ordenada esfera doméstica, fazendo da casa o seu reino, povoando-o e criando nele um verdadeiro refúgio de felicidade. A propagação e internalização desses valores contou também com a cooperação entusiasta de pessoas do sexo feminino que pregavam o respeito à ordem natural das coisas: Sarah Ellis, autora inglesa de *best-sellers* e autoridade de meados do século, aconselhava: “como mulheres, então, a primeira coisa importante é estar contentes de serem inferiores ao homem – inferiores em capacidade mental, na mesma proporção em que vocês são em força física.

M.B. (irmã de J.B.S.)

M.B. e **J.B.S.** entraram no orfanato, porque a mãe morreu de febre amarela. **M.B.** gostava muito de bordar, e na entrevista, já com mais de setenta e sete anos, mostrou três telas francesas por ela bordadas. Casou-se com 17 anos e teve dois filhos. Perdeu uma filha recém-nascida, tendo adotado na própria maternidade uma criança com três dias, que se tornou muito dedicada e amorosa com a família. Seu marido, muito religioso, fora gerente do Banco do Brasil, agora aposentado, e sempre lhe propiciou vida boa, cursos de graduação aos filhos que se tornaram bons profissionais. Mora em um espaçoso apartamento, em bairro nobre. Lembra-se com carinho das freiras do Asilo. Relatou que sempre declamava nas festinhas de aniversário das freiras.

Ficava orgulhosa de prestar serviços para as freiras. Para a procissão de 15 de agosto, passei e engomei 78 vestidos de saia pregueada e gola marinheiro – o uniforme de gala das internas. Nem todas tinham habilidades, mas eu bordava, passava roupa, e chegava a fazer cinco trabalhos pra exposição de artesanato. Um dia a Irmã falou: “**M.B.**, vai até a porta da cozinha da Santa Casa.” Pensei que ia ser castigada por alguma coisa, mas era pra limpar os lustres da Santa Casa para as festas. Ficava toda contente por ter sido a escolhida e ganhava um cálice de vinho quando acabava o serviço. No quarto domingo do mês, as família traziam doces para as internas, e tudo era guardado num armário para ser comido depois. Certa noite, algumas meninas levantaram e comeram os doces. As freiras descobriram e, como castigo, deram óleo de rícino para todas elas. Daí foi só dor de barriga e diarreia. Tenho saudade do Asilo e se sou boa dona de casa e boa esposa devo tudo a elas.

Pela fala de **M.B.** o trabalho excessivo – “*passei e engomei 78 vestidos das internas*” – era apresentado sob a aparência de uma imposição natural, como preceitua Bourdieu (1992), acompanhada de manifestação de pseudoafetividade, de prêmio ao ser contemplada com um cálice de vinho, o que a deixava orgulhosa. Para **M.B.**, o ser escolhida – “*para limpar os lustres da Santa Casa para as festas*” – tinha a conotação de privilégio. Esses serviços reiteravam manutenção do *status quo* da órfã, o qual justificava o incentivo ao trabalho doméstico.

Naquele contexto histórico-cultural, as tarefas destinadas às órfãs pelas freiras pareciam não ter conotação escravizadora; pelo contrário, evitavam a ociosidade, ocupando as mãos e a mente de forma saudável. Configuravam-se tais trabalhos árduos como valores para a inserção da educanda em sua vida futura, no destino que seguisse? Era esse o estereótipo de mulher cultivado no Asilo?

A reflexão é complexa, envolvendo também aspectos éticos e legais, porque está em jogo o equilíbrio entre a idade da menina e as atividades exigidas, as quais não deveriam prejudicar-lhe a saúde, tampouco ser um substitutivo à contratação de empregadas domésticas na instituição. O trabalho doméstico poderia ser justificado como prática educativa, permeada de instrumentos de dominação. No estudo da teoria da violência simbólica, (PETITAT, 1994, p. 32) enfatiza que “Em qualquer sociedade, o grupo dominante esforça-se por impor certas significações como legítimas, dissimulando as relações de força que são o fundamento de seu poder (...) e obtém um efeito de reprodução simbólica”.

O castigo aplicado pelas freiras caracterizava uma distorção pedagógica eivada de maldade, por provocar a diarreia em crianças que, em ingênua travessura, tinham desejo de comer doce. **M.B.**, no entanto, parecia acatar com naturalidade aquela estratégia educativa sem arranhar a sua admiração pelas Irmãs de São José de Chambèry e ainda reconhecer o sucesso de seu casamento como fruto da educação haurida.

Ci.

Na trajetória de vida da egressa ***Ci.***, ressaltam-se 38 anos de trabalho dentro da Santa Casa de Misericórdia. “*Entrei lá em 1945, com 7 anos e saí em 1983, quando me aposentei. Agora estou com 72 anos*”. Sua mãe, que trabalhava na Santa Casa, contaminou-se com tuberculose e lá faleceu. As freiras ficaram com a órfã ***Ci.***, que lá cursou até a 4^a. série, porém carregou pela vida afora marcas de discriminação:

Eu não esqueço que era marcada por causa de minha cor. Ao brincar de passar anel, todo mundo estava presa porque era princesa, rainha não sei do quê, a outra florista. Quando eu ficava presa, era içá. Me chamavam de formiga, besourão. A freira me ofendia com brincadeiras de mau gosto. Aí eu falava: “Por que as outras são princesas, e eu içá? Aí eu comecei a pôr aquilo na cabeça, fui me ignorando, me anulando, por causa disso. Quem se vestia de anjinho na procissão eram as escolhidas. Quer dizer, as pretinhas nunca iam sair de anjo, porque não existia anjo preto. (*risadas*) Então, a gente tinha consciência que nunca poderia ser escolhida. Elas nunca mostraram um anjo preto. Agora prá fazer coroação de Nossa Senhora, as pretinhas iam, eu podia ir porque eu cantava muito bem, sempre pertenci ao coral do colégio, a gente ia jogar pétalas de rosa, mas vestir de anjo, não.

A discriminação racial ficava evidente pelo fato de as freiras alcunharem-na de “*içá, besourão*” e rejeitarem as negras como anjos na procissão, configurando-se uma distorção dos valores evangélicos. As sequelas advindas de tais condicionamentos acompanharam a trajetória de vida de *Ci.*, sem jamais ter seus sonhos concretizados.

Arranjaram, em 1949, lugar para eu estudar, infelizmente (silêncio) naquele tempo, a Escola Normal não aceitava meninas de cor. Voltei prá Santa Casa. As irmãs estavam precisando de uma menina prá ajudar no serviço, porque tinha pouco funcionário. Fiquei três anos trabalhando a troco de cama, mesa até que eu pegasse 15 anos prá ser registrada como funcionária e fiquei até me aposentar, em 1983. Não pude estudar mais, ninguém me incentivou. Minha madrinha, criada também dentro da Santa Casa, falava: “Prá que estudar?” Você tem que trabalhar prá sobreviver. Era a mentalidade da época. Quis fazer enfermagem, mas essa religiosa, para quem eu trabalhava, era minha dona e não deixou. Acho que fui escravizada, mas naquele tempo a gente ficava sempre devendo favor prá quem nos esticou a mão. Hoje compreendo que a gente era uma máquina.

Vontade de estudar *Ci.* teve, porém, não conseguiu continuar os estudos, nem no Externato Santana, por ser de outra congregação religiosa, e nem na Escola Normal, em razão da categoria cor, voltando para a Santa Casa como serviçal. As experiências de vida de *Ci.* refletem a segregação de que foi vítima, reiterando a exclusão do negro em Campinas para funções e cargos não destinados a ele no imaginário social, e refletem as vantagens auferidas pela filantropia, mediante trabalho não remunerado de uma menina de doze anos.

Cabe lembrar as palavras de Lapa (1995, pp. 224-225), ao conferir ao Asilo de Órfãs conotação de escola de domésticas.

Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrados, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos. (...) A rotina da vida em comum no Asilo era absorvida pelo trabalho chamado doméstico, que se distribuía entre os cuidados com a roupa, ao arranjos da cama e mesa, cabendo-lhes lavar a roupa, engomar, consertar, costurar. Todos os serviços ligados à cozinha, banheiros, etc. também cabiam às órfãs, sob a superintendência das irmãs.

Pela leitura do relato de *Ci.*, a causa de sua marginalização social e das barreiras quanto à continuidade de estudos, de sentir-se escravizada – “*uma máquina*” – resumia-se à categoria “cor”, sem desconsiderar que ela não possuía familiares que pudessem acolhê-la. E, em toda a sua trajetória profissional como serviçal ao lado das religiosas, essa foi a única porta que se lhe abriu.

A.O.

A.O., órfã de mãe aos 9 meses de idade, ao retratar sua vida, menciona ter saudade do tempo feliz no Asilo, lá colocada pelos padrinhos em 1936, aos 11 anos. Permaneceu por mais de dez anos na instituição e, embora relate ter sido expulsa muitas vezes das aulas de bordado, tornou-se ajudante da Irmã **J.**, substituindo a órfã **A.**, que ficara tuberculosa. De modo pitoresco, **A.O.** conta como isso ocorreu:

A Irmã pediu a Deus que lhe mandasse uma ajudante. Cheguei, bati na porta e me ofereci. A Irmã confessou que ficou desanimada e pensou: “Meu Deus! Será essa a ajudante que Deus está me mandando?” e acabou ficando comigo. Por fim, eu fui excelente ajudante, trabalhando bastante, com capricho, engomando a murça das freiras, bordando toalhas para o altar. Ainda tenho uma toalha de mesa em ponto de cruz que bordei, uma perfeição, no direito e no avesso.

A.O. buscou profissionalização pós-Asilo, estudou na Escola Técnica de Comércio Campineiro por dois anos e trabalhou em um escritório no Jardim Chapadão. Seu casamento foi motivo para interrupção do trabalho fora – “*Casei-me aos 25 anos de idade e fiquei muito tempo sem trabalhar fora*”, ficando na condição de “dona de casa” por vinte e cinco anos, retornando ao trabalho aos 50 anos: “(...) *arrumei emprego como governanta da casa de um médico e, há 25 anos trabalho lá.*” A capacidade produtiva de **A.O.** renasceu aos 50 anos de idade e remanesce até os 75 anos, sem demonstrar interesse em interrompê-la. No entanto, abdicou de sua profissionalização para dedicar-se a uma atividade de caráter doméstico, pertinente ao perfil preceituado na política educacional às órfãs. Outro ponto que balizou seu relato foi a referência a duas antigas colegas do Asilo, que eram irmãs, e tornaram-se freiras: **EL.** e **FL.**, ambas morando até hoje em Itu.³ Sem dúvida, pelo relato de **A.O.**, o Asilo de Órfãs, com tantas práticas religiosas era um celeiro de vocações.

Também **A.O.** envereda no âmbito da filantropia por influência de seus padrinhos, detentores de sobrenome da mais alta estirpe, pertencentes à elite campineira e à Irmandade de Misericórdia, e que costumavam doar mantimentos para o Asilo e, muitas vezes, levavam as asiladas para passear na suntuosa fazenda circunvizinha à Campinas, onde moravam. Fica aqui a representação das pessoas de posse e das carências das meninas pobres merecedoras de caridade. Apropriando-nos das palavras de Geremeck (s.d., p. 290): “A atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social.”

³ Embora tivéssemos tido acesso aos nomes das egressas que se tornaram freiras, não conseguimos contatá-las, por terem deixado a congregação e se casado, provavelmente tendo-se mudado de Itu.

M.H.

Sofrida, carregando um fardo de traumas não superados, evoca lembranças que sobem à tona, com idas e vindas, para a releitura das experiências vividas sob esse pano de fundo revisitado, projetado para o hoje, na busca de restituir-lhes sentido, em processo de reconstrução e construção.

Não superei as marcas do internato, embora tenha me casado, tido um filho e trabalhado em empresas conceituadas, como relações públicas. Meu casamento desmoronou. Por mais que tentasse realizar-me, não consegui valorizar-me. Senti-me sempre pisada, sequelas das humilhações, embora tenha sido premiada como boa funcionária. Tinha 6 anos quando meu pai internou-me no Asilo da Santa Casa, pois minha mãe teria morrido. Na verdade, ela o abandonara por outro homem, fugindo para Curitiba com minha irmãzinha de 2 anos. Só soube disso mais tarde. No dia de meu casamento em 1959, minha mãe apareceu na Igreja. Foi um susto, pois ela que era morta, de repente apareceu viva. Não dá para descrever a sensação que tive (lágrima). Imagine como foi minha lua de mel, só pensava na minha mãe que apareceu no meu casamento. Soube que minha mãe tivera outros filhos. Quando quis perguntar por que abandonou meu pai, minha irmã impediu, pois ela estava muito mal, com câncer.

M.H., em razão da vivência traumática, carregou pela vida as sequelas do internato e do abandono da mãe. Mescla as situações cotidianas vividas no Asilo com as suas frustrações e fracassos. **M.H.**, mesmo tendo conquistado espaço no mercado de trabalho, não introjetou essa qualificação, pelo contrário, se marginalizou, fechando-se em si mesma, comprometendo sua autoestima. A busca por dar um sentido à sua frustrante trajetória reflete uma tendência de a memória gravitar ao redor de um único eixo – a representação negativa da mãe biológica – morta, tendo dado causa à rejeição e ao confinamento; mas viva, sem esclarecer o porquê ter fugido apenas com a irmãzinha. Expressões ouvidas como “*Nunca fui feliz*” ou “*Foi um susto, pois ela que era morta, de repente apareceu viva*” demonstram esse trauma, que se arrastou para toda a vida. Quando saiu do Asilo, seu pai quis matriculá-la no Colégio Ave-Maria, mas as freiras não aceitavam filha de desquitado. Daí, seu pai matriculou-a em Piracicaba, no Colégio Assunção, da mesma Congregação do Asilo. Lá sofreu muita discriminação.

“Turca”, “sua turca”, as freiras assim se dirigiam a mim. Minha madrastra dizia que na nossa raça, mulher não precisa estudar, bastava saber cuidar da casa. Por isso, quando me separei de meu marido, foi duro enfrentar o mundo do trabalho, pois não fora preparada para isso. Tive uma juventude triste. Não ia a um clube, a um baile.

Realmente, **M.H.** era imigrante, e as freiras, pelo modo como a tratavam, revelaram manifesta rejeição a uma etnia específica. As raízes da autoanulação parecem se encontrar nas condições estruturais familiares, cujos pontos focais do problema emergiram explícita e implicitamente da

história de vida de **M.H.**. A ausência do pai, enquanto estava no Asilo, foi muito conflitante, bem como as recordações que se mesclam entre o passado e presente.

Ainda me recordo do Asilo, onde aprendi a bordar na estopa. Às vezes, recebia convite para passar o domingo em casa de alguma família, até conhecida de meu pai. Mas, a visita era para trabalhar como empregada: lavava louça, limpava a cozinha, o banheiro, varria tudo. Meu pai podia visitar-me no domingo de visitas e nos outros domingos, ele ficava me olhando perto do portão de entrada, através das grades pelo lado de fora. Quando ele ia embora, (lágrimas) eu ficava muito triste, vendo meu pai ir se afastando. Jamais apaguei essa imagem de minha vida: eu ali dentro e meu pai separado de mim por uma grade. Por isso, minha vida foi e é solidão. Tenho conhecidos psicólogos, que procuram me ajudar, mas é difícil. Tenho dois netos, meu filho estudou no Liceu Salesiano e se casou cedo. Moro e vivo sozinha, desde que meu pai morreu. Deixou-me este apartamento. Estou aposentada. Minhas lembranças são de amargura.

M.H., ao referir-se à visita do pai, pontua a instituição como espaço prisional, de cárcere – *“meu pai ficava me olhando perto do portão de entrada, através das grades pelo lado de fora”* – emergindo a força semântica e simbólica da “grade”, quebrando o contato com o pai: *“eu ali dentro e meu pai separado de mim por uma grade”*.

Cel.

Cel. relata que em 1950 saiu do Asilo, com 14 anos, e foi morar com a avó e dois tios solteiros. Trabalhou na Têxtil Guanabara, e na fábrica Gibrain, mas só por 4 meses. Foi morar com a mãe, a qual nutria ciúme de seu companheiro com **Cel.**. Mudou-se, então, para São Paulo, casou com 16 anos de idade e teve 3 filhos. Lembra-se que no primeiro Natal que passou com a mãe ganhou dela um corte de tecido verde-água com estampa rosa e verde-escura para fazer um vestido. A costureira estragou o corte – *“sofri uma grande decepção, eu tinha apenas 14 anos, e decidi, naquele momento, que, dali em diante faria as minhas próprias roupas”*. A decepção incentivou sua profissionalização. *“Fui aprender e me tornei excelente costureira, fazendo inclusive vestidos de noiva e alta costura”*. **Cel.** transpôs à máquina de costura a condição de confidente, pois as circunstâncias desfavoráveis de seu casamento favoreceram essa identidade com um objeto.

Muitos momentos tive de tristeza no meu casamento, pois meu marido bebia e era demasiadamente ciumento e agressivo. Eu me refugiava na máquina de costura, que está até hoje no canto da mesa da sala e eu a chamo de “minha companheira”.

O depoimento de *Cel.* nos impele a supor que constituiu um casamento aos 16 anos, talvez como fuga, sem insurgir-se contra a violência doméstica, aceitando-a com resignação na sua vida eivada de submissão.

L.M.

Minha madrinha fazia parte da Mesa Feminina da Provedoria. Minha mãe morreu tuberculosa em 1941 e meu pai estava tuberculoso, internado em Campos do Jordão. Meus irmãos, cada um foi para um lugar e eu fui para a Escola das Irmãs de São José, francesas, davam aula lá na Santa Casa, mas não ensinavam o francês. Aliás, me lembro pouquíssimo daquele tempo. Mas, recordo-me bem de minha madrinha que começou a me levar passear, a passar o domingo com ela, e eu me acostumei com ela e ela comigo. Nasceu uma afeição forte. Ela me levou em definitivo pra morar com ela e me preparou um quarto muito bonito.

A egressa *L.M.* refere-se, com parca lembrança, ao Asilo de Órfãos como escola das irmãs francesas, para afastar o estigma de asilada, e reitera o espírito filantrópico das senhoras de Campinas, pertencentes a uma elite cultural, como madrinhas das meninas, não apenas movidas por gestos de caridade, mas também de promoção social. Essa foi a vivência de *L.M.* que passou a residir como filha na casa de sua madrinha, integrante da Mesa Feminina Auxiliar da Provedoria. Alçou um patamar de classe alta, evitando falar do tempo de internato, pelo contrário enaltecendo os seus privilégios sociais e oportunidades inerentes aos bem afortunados. Registrou que seus passeios, viagens, trajes, residência e educação estavam em sintonia com a classe social da elite campineira. Apagar o passado era um imperativo, pois que sentido falar de onde viera?

Para minha grande sorte, minha madrinha e eu mantivemos uma relação que superou a condição de mãe e filha. Ela me tirou do colégio da Santa Casa e cuidou de mim com desvelo maternal, embora fosse solteira, na belíssima casa, na Rua Cônego Cipião, da qual sou herdeira. Minha madrinha fazia parte da Mesa Feminina da Provedoria. Dirigia um grupo de meninas e jovens bandeirantes da alta sociedade campineira que se associava, com belíssimo uniforme, para aprender várias coisas semelhantes a escoteirismo, e inclusive iam à Santa Casa entreter as alunas internas com folguedos e atividades de lazer. Portanto, minha casa vivia cheia. Estudei no Colégio São Luís porque não quis fazer Curso Normal, não tinha vocação para ensinar. Madrinha não quis que eu trabalhasse. Sempre tive de tudo. Frequentei a alta sociedade e sempre me vesti muito bem. Tive uma educação muito refinada. Madrinha me levou aos Estados Unidos e à Europa.

T.J.C.

Quando saí do Asilo, dediquei-me à profissão de costureira, direcionei meu espírito materno à sobrinhada e cuidei dos doentes de minha família, todos portugueses. Namorei bastante, depois fiquei firme com um que morreu de

câncer na cabeça. Guardo muitas lembranças da escola, mas existe uma que me marcou muito, mas não vou contar o nome da menina envolvida. Tinha uma órfã que era “secretária” de um inspetor de ensino, que ia lá quase todo dia, pra “fiscalizar”. Ele tirava a órfã da sala pra ajudá-lo. Um dia, as freiras viram “alguma coisa de errado” entre ele e a órfã predileta e daí ele adotou a órfã como sua filha e a levou para a casa dele. A mulher dele, se percebia alguma coisa, acho que não falava, mas quando ela morreu, ele casou com a órfã. Nós falávamos: “O pai casou com a filha!” Ele era velho e ela “mocinha”, daí ela pra parecer mais velha, fazia uns coques no cabelo.

O relato de *T.J.C.*, anos após sua saída do Asilo, embora não encontre qualquer respaldo nos documentos institucionais, ficou gravado em sua memória seletiva, por tratar-se de uma situação de extrema gravidade e abuso. Os limites entre a alegada cooperação da órfã e as atitudes do inspetor de ensino que representava o poder, sob a fiscalização das freiras, devem ter sido transpostos, e a adoção foi a solução para justificar as demonstrações flagradas de afeto como gestos de amor paternal. O posterior casamento dos dois falou por si só e foi, jocosamente, interpretado pelas alunas. Esse tipo de abuso deve ter sido um caso inusitado, uma vez que a vigilância no Asilo era severa, pois as irmãs não permitiam amizades próximas entre as meninas, jamais se falava em namorado, os espelhos eram cobertos com pano para evitar a vaidade. Esse fato, sem dúvida, marcou *T.J.C.*, que o narrou em detalhes, inclusive analisando que a esposa do inspetor, caso soubesse de adultério ou envolvimento dele com a órfã adotada, silenciaria, pois a não profissionalização feminina colocava a mulher sob a irrestrita dependência do marido, como sobejamente debateu Priore (1997).

Quanto ao aspecto legal preceituado no Código Civil, a órfã teria sido adotada pelo inspetor, o que geraria impedimentos a casamento.⁴ Também o Código de Menores de 1927 contemplava, em seus artigos 73, §§ 1º. e 2º. e 74, dispositivos quanto à vigilância de menores, podendo determinar o fechamento de instituições se detectadas ofensas aos bons costumes.

Certamente, as irmãs aplicaram o art.9 do regimento interno, que rezava

ART. 9. — “Antes da maioridade a orphã só poderá sahir do Asylo quando se casar, ou quando, algum parente ou pessoa honesta de provada abastança requerer ao Provedor sua retirada, responsabilizando-se de accôrdo com as leis do paiz pela guarda da mesma orphã.”

De qualquer forma, houve uma órfã adotada que se casou com o adotante, embora o nome permaneça velado, remanescendo apenas uma realidade fática lá ocorrida.

L.R.

⁴ O Código Civil, em seu artigo 183 e incisos, trata dos impedimentos relativos ao casamento, não podendo convolar núpcias o adotante com o adotado.

Órfã de pai, **L.R.** foi encaminhada aos 6 anos de idade, muito doente, ao Asilo, pela Delegacia de Polícia, pelo fato de sua mãe ter chegado da roça à Campinas, paupérrima, sem ter onde morar. **L.R.** traduziu essa forma de superação, com muita determinação e trabalhando em inúmeros empregos, até conseguir romper obstáculos preconceituosos e inserir-se na classe social média alta de Campinas, pelo casamento com o homem que elegera para seu marido, sem abdicar de sua meta.

Sofri preconceito por ter estudado na Santa Casa. Quando conheci o meu marido, ele era da alta sociedade, do Tênis Clube, frequentava o restaurante francês Armorial. Fui muito discriminada pela família dele que me chamava de “pé de chinelo”, mas eu era bonita. Nós namoramos por 11 anos e ficava naquele vai e vem. Ele ficou noivo de outra, eu namorei um outro. Nesses anos, alternei vários empregos. Mas, o amor falou mais alto, casei-me com 30 anos, não trabalhei mais, e tivemos nossos dois filhos. Ele gostava mais de mim do que eu dele, penso. Às vezes, essas coisas até fortalecem o amor. Foi uma vitória, venci, casei com a pessoa que eu quis e ele me amava muito. Graças a Deus, tive uma vida boa e abençoada. Viajei bastante, pois ele me deu uma vida tranquila. Eu fazia o serviço de casa, levava as crianças à escola, ao catecismo, jazz, judô, e também ficava no escritório com meu marido. Meus filhos estão encaminhados e são religiosos. Em todos instantes difíceis da minha vida, Deus esteve presente. Mantive contato com as freiras depois que casei, mas já havia poucas, de minha época no colégio. Vou muito à Igreja Matriz do Carmo e atuo em pastorais. A religião me acompanha sempre. Aquele passado ficou para trás e não atrapalhou meus sonhos. É preciso viver cada dia.

O seu casamento aos 30 anos foi resultado de longa batalha para superar discriminações, atingir uma meta de mudança de *status* social e opção por deixar o emprego para criar os filhos e dedicar-se à casa e ao marido, assumindo o papel de esposa, confessando que no percurso de sua vida a religiosidade esteve e está presente até hoje.

R.G. T.G. e I.G (três irmãs)

As três, muito risonhas e bem-humoradas, entrelaçando as falas, uma completava o que a outra dizia, ininterruptamente, como se estivessem revivendo o tempo de internato, as normas, a etiqueta, o saber caminhar com educação. Cada uma delas parecia querer adiantar-se à outra, ficando até difícil distinguir as trajetórias individuais. As três evidenciaram ter uma vida extremamente pacata, já na idade avançada, e todas elas com mais de setenta anos, dedicam-se aos trabalhos manuais:

Nós aprendemos lá no Colégio das Freiras tudo de bom: educação, modo de andar, como conversar, pedir licença, caminhar sem arrastar o pé, descer e subir uma escada sem fazer barulho. E, numa casa em que eu trabalhei, quando saí do Asilo de Órfãs, a senhora falava que ao andar parecia que eu estava pisando em ovos, enquanto que o passo da filha dela era pesado e o meu era bem de levinho. Isso a gente aprendeu no colégio. Tomara as crianças tivessem a educação e a

postura da gente! Imagine se a gente falasse “você” para os outros. O meu filho diz “senhora”, “senhor”, porque a educação que a gente aprendeu a gente passou. O único que fala “você” é o solteiro. Isso só acontece na sua casa, **R.G.**, porque aqui em casa nenhum deles fala, nem os filhos dela, nem os filhos das outras irmãs.

As três irmãs enalteciam a educação recebida, com etiqueta e comportamento diferenciado. Repassaram aos filhos o respeito no trato com os mais velhos. O pudor e o respeito ao corpo, cultivados no Asilo, foram mantidos na adultez, ensinamentos conservados na vida pessoal.

O tanque era duas vezes por semana. Tinha aquele arco com chuveirinho, mas era rapidinho, o sabonete por baixo do camisolão escuro, ninguém via o corpinho de ninguém. Na verdade, não podia ver. Era uma pureza tremenda. Umam entravam naquele arco porque já eram mocinhas; outras tomavam banho no tancão. Era um tanque grande de lavar roupa. Sabe, a gente puxava o lençol por cima da cabeça, se trocava. E a camisola molhada do banho também a gente tirava sem mostrar o corpo. Pela nossa vida afora, levamos em conta esse respeito pelo corpo, assim ensinamos nossos filhos, e é triste observar como hoje as pessoas não têm pudor.

Pela fala das irmãs, o banho era adstrito a rígidas regras, para coibir o gozo da água em contato com o corpo, vez que uma camisola escura neutralizava a visão, e o sabonete discretamente esfregado no corpo, por baixo da roupa impedia a dimensão sensorial. Nos ensinamentos relacionados à violência simbólica de Bourdieu (1989), a camisola de banho era um signo que transmitia mensagens de recato e pudor, com o fim de moldar o comportamento da órfã, reprimindo os instintos maléficos à moral cristã e aos bons costumes. Para vestirem-se, os rituais, mediante adequados movimentos gestuais, reprimiam qualquer prazer tanto em tocar como em vislumbrar o corpo. O camisolão, além de estratégia para não ver o corpo, favorecia o hábito de saber vestir-se com pudor, o que foi introjetado em suas mentes a ponto de conservarem tais hábitos e repassarem-nos aos filhos, em dimensão axiológica.

Ao falarem sobre a inserção no mercado de trabalho pós-internato, a repetição do pronome “eu” é muito significativa na análise do discurso, pois emerge a individualidade, a inclusão social, a busca de uma identidade na trajetória de vida, na opção de trabalho, sem qualquer inibição, mesmo quando o relato revelava discriminação “*eu costumava comer tomate com açúcar para passar a fome e, muitas vezes, fritava bife para o cachorro, mas eu mesma não podia comer bife*”.

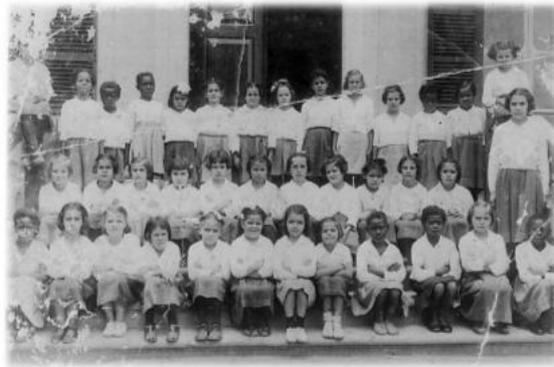
Minha irmã trabalhou na assistência dentária. Com doze, eu já estava trabalhando de doméstica em uma casa chic, no bairro Cambuí. Eu não fui bem tratada: eu costumava comer tomate com açúcar para passar a fome e, muitas vezes, fritava bife para o cachorro, mas eu mesma não podia comer bife, não davam para mim. Aos 16 anos eu saí desse emprego e fui trabalhar noutro lugar.

Eu também aos 14 anos saí do Asilo, trabalhei com o Dr. E. M., dentista, por 6 ou 7 anos. Eu trabalhei em duas tecelagens por 4 anos e saí de lá pra casar e eu fui morar em Itatiba. Eu tive a minha filhinha, parei de trabalhar fora e eu passei a fazer bordado, tricot e crochê, que eu faço até hoje, aliás, nós três fazemos muitos trabalhos manuais. Que pena que não tem mais aquelas freirinhas, coisinhas mais lindas do mundo! Tudo de bom aprendemos lá com as freiras, pois nossa mãe nos abandonou e fugiu. O Asilo fechou com a vinda da Unicamp, em 1954.

A representação negativa da figura materna fê-las transferirem o amor filial às freiras. A repercussão do tempo de Asilo foi muito satisfatória para as três irmãs, sem traumas ou quaisquer sequelas pelo confinamento, pois para elas o Asilo era o lar que as contingências da vida lhes roubaram. As três se casaram, mas pouca ênfase deram ao casamento na conversa, apenas uma delas disse que o marido aprecia muito a sua capacidade de fazer contas no supermercado sem necessitar da calculadora. E esse elogio ela atribui à educação recebida na Santa Casa.

Vidas sofridas, vidas sonhadas, vidas vividas

Figura 1: Grupo contendo entrevistadas quando meninas no Asilo de Órfãs.



Fonte: Acervo particular de T.G. uma das três irmãs, entrevistadas em conjunto.

Pudemos entrever que nem todas as expectativas no casamento concretizaram-se – houve também decepções –; no entanto, talvez, por terem vivido parte da vida fora do aconchego familiar, na categoria de órfãs, compensaram-se nos filhos e no espírito religioso que valorava o sacrifício.

A documentação institucional, como o relato das egressas, remetia a um processo contínuo de exclusão, de âmbito político-social – “*por ser órfã não pude aprender a tocar órgão*”; “*por ser*

órfã negra a freira chamava-me de içá, não pude ingressar na escola normal e voltei ao asilo para trabalhar sem salário a troco da cama e mesa”; “por ser órfã tinha que fazer faxina nos domingos na casa de benfeitores”; “por ser órfã limpava o dormitório de joelhos”; “por ser órfã minha benfeitora não permitiu que continuasse os estudos para trabalhar para ela nos serviços domésticos”; “por ter sido asilada fui discriminada pela família de meu noivo que pertencia à elite campineira”.

Perpassando os depoimentos das egressas, das variáveis individuais, étnicas, profissionais e familiares emergiram indicadores para que suas personalidades, na trajetória de vida, ficassem mais ou menos imunes às vivências traumáticas na instituição total. Algumas lutaram para se libertar de condicionamentos e minimizar as consequências de vivências castradoras sobre o psiquismo.

O casamento, estimulado às órfãs, envolto em aura de inviolabilidade, ressaltou-se no percurso de algumas egressas como primordial para a mudança de *status* social ou para alçar-se à categoria de família estruturada; entretanto, alguns depoimentos revelaram frustrações a esse sonho emancipatório, aceitas com resignação, e, nas horas mais difíceis, afluía a aceitação, fruto da formação – para servir a Deus e aos homens – recebida no tempo de confinamento.

No jogo das contradições e interpretação dos opostos, a par dos estigmas e exclusões sentidos por algumas das entrevistadas, muitas se consideraram privilegiadas por terem recebido educação francesa no Asilo de Órfãs, sabendo portar-se com polidez na mesa, bordar com esmero, o que levavam como referencial para si próprias e modelo para as famílias que constituíram. Muito provavelmente, por terem recebido esse refinamento, boa educação, bons modos e bons costumes, viram o Asilo como um *colégio regular* onde criaram laços de amizade, tanto com as próprias internas, como também com as freiras, com as quais mantiveram contatos pela vida afora.

A reconstrução da trajetória de vidas sonhadas e vividas fez emergir um ponto altaneiro e surpreendente na pesquisa. A amostra propiciou-nos entender o que representou a reconstrução das memórias pessoais para a compreensão de como as egressas se descobriram na idade avançada, se ainda como órfãs submissas e tementes a Deus, ou como sujeitos da história de Campinas. Nesse sentido, as vozes das egressas ofereceram substratos para perceber o que sentiram nesse processo.

Enquanto muitas delas iam reconstruindo a sua história pessoal, com a própria voz, preliminarmente, evitavam a palavra “Asilo”, preferindo “Escola da Santa Casa”; no entanto, ao observarem a importância da reconstrução de uma política de atendimento da qual foram

beneficiadas, perceberam-se como sujeitos protagonistas da história de Campinas, em uma dimensão política de inclusão: “*A história de Campinas passou por mim*”. A libertação da categoria de excluídas, a elas atribuída no orfanato, concretizou-se não em razão da formação recebida, nem do emprego, nem do casamento, mas deveu-se à própria voz da pesquisa, na exploração da memória, emergindo uma força interior, renascendo uma nova mulher, a romper as amarras de um passado acorrentado na menos-valia: “*(...) eu nunca poderia imaginar que alguém fosse se interessar pelo Asilo de órfãos da Santa Casa. Que alegria! A senhora está me fazendo voltar aos tempos de criança com tantas lembranças de coisas que ninguém nunca me pergunta, nem perguntou.*”

As entrevistadas reencontraram-se, rememoraram os tempos de Asilo, as brincadeiras no recreio, as travessuras no pomar, os passeios na gruta, os medos do castigo, o dormitório, as aulas, as missas, a capela, o coral, os retiros, as confissões, as procissões de 15 de agosto, reviram os trabalhos manuais e as fotos antigas. Deixaram-se fotografar para figurarem visualmente na pesquisa. Nem todas arriscaram esse complexo desafio de perderem-se, a si mesmas, para reencontrarem-se na inclusão. A representação simbólica permaneceu forte nas que não quiseram ser fotografadas. Também certos momentos de maior sofrimento, talvez por envolverem motivos mais complexos e traumáticos, foram silenciados, salvaguardando fatos da vida que, talvez não desejassem exteriorizar. As reflexões de Pollak (1989, p.8) iluminam-nos quanto aos silêncios e aos “não-ditos”:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, não-ditos. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

A grande dimensão terapêutica foi a descoberta da pesquisa a propiciar esta redefinição de papel feminino da egressa não-servil, podendo falar de si mesma, de seus anseios, sonhos, vontades, não a serviço de um marido, de um patrão, mas proclamando alto que o Asilo de Órfãos de Campinas está representado como um instrumento de política social legitimado pela pesquisa.

Figura 2: Algumas egressas entrevistadas – 2002



Fonte: Acervo de Ana Maria Melo Negrão.

Referências bibliográficas

- BERTAUX**, Daniel. *L'approche Biografique: sa validité methodologique, ses potencialités. Cahiers internationaux de Sociologie.* [S.l.: s.n], v. LXIX, 1980.
- BOSI**, Ecléa. *Memória e sociedade - lembrança de velhos.* 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOURDIEU**. Pierre. *O poder simbólico: memória e sociedade.* Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU**, Pierre; **PASSERON**, Jean C. *A Reprodução.* 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL**. *Código Civil.* **PINTO**, Antonio L de T. et al (Org.). 53.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARDONA**, Francisco e **ROCHA** José. *Almanack de Campinas: literário e estatístico: 1891.* Campinas: Typ. Cardona, Organização e Publicação, I Anno, 1891.
- CHARTIER**, Roger A. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1990.
- CHRONIQUES** de la Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Chambéry. Chambéry: Imprimeries Réunies, 1936.
- CONNERTON**, Paul. *Como as sociedades se recordam.* Tradução por Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta, 1993.
- CONSTITUIÇÕES** das religiosas de São José de Chambéry, sob a Proteção da Imaculada Mãe de Deus. Roma: Casa Generalícia, 1951.

- DERMATINI**, Zeila de B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: **LANG**, Alice B. da S. G. (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992. (Coleção Textos. Série 2, 3)
- DUARTE**, Rafael. *Campinas de outrora*. São Paulo: Andrade & Mello, 1905.
- FERRAROTTI**, Franco. *Histoire et histoires de vie: la methode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: *Entrevistas: abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FOUCAULT**, Michel. *História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1990
- FRANCA**, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas. "Ratio Studiorum"*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- GEREMEK**, Bronislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terremar, s.d.
- HALBWACHS**, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KENSKI**, Vani Moreira. Memória e Prática Docente (p. 101-114). In: **BRANDÃO**, Carlos Rodrigues (Org.). *As faces da memória*. Campinas: Centro de Memória, UNICAMP, 1995.
- LAPA**, José Roberto do Amaral. *Os cantos e os antros*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- LANG**, Alice Beatriz da Silva Gordo; **CAMPOS**, Maria Christina S. de Souza; **DEMARTINI**, Zeila de B. Fabri. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. S Paulo: Humanitas, 1998.
- LE GOFF**, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MARCÍLIO**, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____(Org.). *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. v. 3.
- McLAREN**, Peter. *Rituais na escola, em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Traduzido por Juracy Marques e Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1992.

- MENESES**, Adélia Bezerra de. Memória: matéria de mimese (p. 11-24). In: **BRANDÃO**, Carlos Rodrigues (Org.). *As faces da memória*. Campinas: Centro de Memória, UNICAMP, 1995.
- NEGRÃO**, Ana Maria M. *Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãs (1870-1960)*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.
- _____. Educar para a cidadania através de valores cristãos. In: **DEMARTINI**, Zeila de Brito F. (coord.). *Memórias da Educação: Campinas (1860-1850)*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- PAULA**, Carlos Francisco de. *A Santa Casa De Misericórdia de Campinas: monografia histórica até o 70º aniversário de inauguração*. In: *Santa Casa de Misericórdia de Campinas – Primeiro centenário- MDCCCLXXI-MCMLXXI*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. P.77 -234.
- PETITAT**, André. *Produção da escola: produção da sociedade - análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POLLAK**, M.. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.
- PRIORE**, Mary del (Org.). *História das crianças do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- QUINTANEIRO**, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS**. *Primeiro centenário MDCCCLXXI-MCMLXXI*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.
- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS**. *Relatórios bienais de 1881 a 1954*. Campinas: Typ. Livro Azul e Editora Mousinho; O Papel Ltda.
- SÃO JOSÉ**, uma irmã de. *Madre Maria Theodora Voiron - Fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José - 1935-1925*. São Paulo: Escolas Profissionalizantes Salesianas, 1937.
- SIMSON**, Olga R. M. Von (Org.). *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. S P: Vértice, 1988.
- _____. (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- MONOGRAFIA** histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, 1952.

UHLE, A. B. A filantropia e a educação. *Educação e Sociedade*. n. 42, pp. 174-9. Agosto, 1992

Arquivos consultados

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Campinas, São Paulo.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, São Paulo.

Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP. Campinas, São Paulo.

Arquivo fotográfico de Aristides da Silva (V-8). Campinas, São Paulo.